

TV Escola: a quem interessa?

TV Escola

Roberto Ramos

Doutorando em Educação - PUCRS
Professor do Pós-graduação em Comunicação - PUCRS

A TELEVISÃO É o principal Meio Massivo de Comunicação da sociedade contemporânea. Possui uma performance, por excelência, multimídia. Articula a imagem, o som e o texto, para reproduzir a realidade. Seduz pelo seu poder de interpelação narcísica, que consegue fazer do mundo uma ilha da fantasia, onde o belo é a imagem onipresente.

A hegemonia televisiva tem chamado para si atividades, historicamente, pertencentes a outras instituições. Os estúdios, como num passe de mágica, se tornam em lares, creches, púlpitos, parlamentos e até em tribunais impiedosos. Substituem a família, as religiões e os poderes da República. A imagem se universaliza, como um mosaico de faz-de-conta, que, no afã de tornar tudo visível, acaba promovendo a cegueira da visão.

Interpelado pelo poder deste espelho eletrônico pós-moderno, o governo Fernando Henrique Cardoso aposta na sua capacidade de teleducação. Concebeu a *TV Escola*, como instrumento para passar a limpo a qualificação de professores e alunos. Pretende tornar os estúdios em uma nova sala de aula, para universalizar, pela força da imagem, os objetivos educacionais. Quais são as pertinências e as impertinências, subjacentes às imagens da *TV Escola*?

No Brasil, a teleducação teve importância para os pioneiros da radio-difusão. Roquete Pinto e Henrique Moritze fundaram, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, movidos pela perspectiva de promover o aperfeiçoamento cultural e educacional. Sonhavam, inclusive, em erradicar o analfabetismo pelas ondas hertzianas, embalados pelas idéias de Bertold Brecht.

Na época, a radiodifusão era um empreendimento amadorista. A publicidade não estava liberada. As emissoras sobreviviam, economicamente, pelas taxas pagas por aqueles que adquirissem um receptor, e

pelas contribuições espontâneas de alguns mecenas, que punham fé no empreendimento.

Ao longo dos anos 20, o amadorismo das emissoras abria espaço para propósitos culturais e educacionais. Era determinado pelo Valor de Uso. A programação não se encontrava amarrada à massificação da audiência e nem embrulhada pelo celofane dos patrocinadores.

A classe dominante brasileira era a oligarquia agrária, que se manteve no poder mesmo com a Proclamação da República. Estava centrada no setor primário, sustentado pelo latifúndio, de feição exportadora e nutrido pelos empréstimos estrangeiros. Não existia uma perspectiva econômica e ideológica para a utilização do rádio.

Com a Revolução de 30, a burguesia assumiu a condição de classe dominante. Implantou um projeto econômico, fundado na industrialização e ancorado no nacionalismo, como interpelação ideológica. O decreto-lei 21.111 liberou a publicidade para as emissoras, ocorrendo a implantação do modelo comercial norte-americano.

As emissoras começaram a se comprometer com o mercado. Dependiam dos anunciantes, que possuem como pré-requisito a audiência. Passaram a ser agenciadas pelo Valor de Troca. As suas programações se transformaram em mercadorias. Foram aposentados os compromissos culturais e educacionais.

Ao assumirem o modelo comercial norte-americano, as emissoras aprofundaram as relações capitalistas de produção. Adotaram a perspectiva de expansão do consumo, por intermédio da função publicitária. A dependência do patrocínio e da audiência instaurou a hegemonia do Valor de Troca.

As rádios abandonaram, gradativamente, os objetivos mais conseqüentes com a educação e com a cultura. A supremacia do Valor de Troca indicava o caminho da massificação, pouco afeito com as possibilidades qualitativas de transmissão do saber.

Há experiências de programas infantis norte-americanos, que buscam compatibilizar a teleducação com o modelo comercial.

Tentam substituir a Educação Formal. Foi o caso de *Sesame Street*, por exemplo, produzido pela Children's Television Workshop (CTW), a partir de 1969, de acordo com Mattelart (1976:141-143):

"O princípio em que se baseia *Sesame Street*, para fundir o divertimento e a educação, consiste em apoiar-se nos reflexos condicionados, que a televisão comercial criou no público infantil (...). É, nesse postulado fundamental, que se encontra a opção ideológica dos produtores da teleducação norte-americana..."

O modelo comercial dos Meios Massivos de Comunicação Social, norte-americanos, foi proposto, para a expansão do consumo, através da finalidade publicitária. Apoiou-se nos postulados do Behaviorismo, condicionando os comportamentos, de forma unilateral e vertical, nos receptores, atingidos como alvos fixos e passivos, sem poder de resposta.

Tal modelo foi reproduzido pelas experiências da teleducação. Acabou sendo transposto, mecanicamente, como uma nova linguagem pedagógica, associada ao divertimento. Essa fusão, de pronúncia interpelante, fundada na influência da televisão comercial, mantém o enfoque de dominação, onde a mensagem do emissor se torna um eterno monólogo.

Sobre a importância do gênero Divertimento, Adorno e Horkheimer (1987: 113) já se preocuparam em assinalar o seu sentido na Indústria Cultural:

"(...) Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento, até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base..."

Na diversão, está em jogo um pacto. É preciso colocar-se em acordo com o hegemônico. Há a necessidade de se harmonizar com a realidade, reprimindo qualquer

possibilidade de resistência, de sobrevida do pensamento crítico, de negação. A impotência se revela na única opção, indicada como viável: a adesão subserviente às estruturas hegemônicas vigentes.

A teleducação norte-americana apresenta uma nítida proposta conceitual. Está voltada para reproduzir o monólogo de condicionamentos, próprio da televisão comercial, em simbiose com o divertimento, como adesão ao hegemônico. Assim, existe uma função ideológica, em que a educação passa a ser reduzida à dominação.

TV Escola

O projeto *TV Escola* é o grande aceno da política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. Pretende utilizar a televisão, com o seu poder de influência, para melhor qualificação dos professores e às atividades em sala de aula.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza (1995:1), sublinha a inserção da teleducação, como perspectiva de elevação da qualidade educacional:

"Nosso País, com as dimensões continentais que possui e com a variada gama de problemas que se acumulam na área educacional, não poderia mais ignorar as grandes possibilidades da televisão como veículo de educação (...) A *TV Escola* não chega para substituir os professores. Ao contrário, ela deverá ampliar os instrumentos com os quais os professores poderão contar para aprimorar seus próprios conhecimentos e, por outro lado, para enriquecer o universo de aprendizagem de seus alunos, dentro do espaço escolar..."

Observa-se que o uso da televisão, inicialmente, está vinculado às questões geográficas. O Brasil, com seus mais de oito milhões de quilômetros quadrados, já virou lugar-comum: é um país, com tamanho de continente. As distâncias representam um

obstáculo de interação sociocultural a qualquer política educacional.

Nas distâncias geográficas, habita outro problema. As disparidades econômicas e culturais atestam os contrastes do desenvolvimento brasileiro. Há regiões, onde as relações capitalistas estão aprofundadas em nível de primeiro mundo, como São Paulo. Todavia, existem outras, marcadas pela atrofia produtiva, em estágios pré-capitalistas, como o Nordeste.

Tais disparidades foram construídas, historicamente, pelo modelo de desenvolvimento. O Brasil, hegemonicamente, optou pela Atualização Histórica, o desenvolvimento rápido, mas reflexo, dependente de uma metrópole. Foi colônia portuguesa, neocolônia inglesa e, hoje, uma neocolônia norte-americana.

A opção pela teleducação está sintonizada com o contexto nacional. É uma possibilidade tecnológica de vencer as distâncias geográficas e as disparidades econômicas e culturais, que singularizam as contradições brasileiras. Configura a viabilidade de um novo sistema, padronizado pela universalidade da linguagem televisiva.

A Atualização Histórica estabelece um modelo econômico concentrador de renda, promotor das desigualdades sociais. Acaba se reproduzindo na Educação Formal sob a face da evasão escolar, da repetência e da má qualificação dos professores, subnutridos por remunerações incompatíveis com a sua respectiva responsabilidade social.

Souza observa que a teleducação significa um instrumento de apoio às atividades do magistério. Não busca substituí-lo. Apenas objetiva qualificá-lo, trazendo-lhe melhores possibilidades de especialização informativa e didática. O que poderá reverter, em consequência, no aprimoramento da aprendizagem dos alunos.

A *TV Escola* já alcança 41 mil escolas, dotadas de antena parabólica, televisão e videocassete. Até o final deste ano, o governo projeta atingir mais 46 mil escolas. A secretária de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional do MEC, Maria Helena Guima-

rães de Castro (1995:4), oferece outras pormenorizações:

“A programação inicial, em caráter experimental, terá quatro horas de duração e será repetida três vezes por dia. A grade de programação terá duas horas diárias, dedicadas à formação e capacitação dos professores e diretores das escolas. Três aspectos principais serão enfocados, como questões de ensino-aprendizagem das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, temas relacionados ao livro didático e ao estímulo à leitura...”

O projeto se sustenta na influência que a televisão possui na sociedade brasileira. É o principal Meio Massivo de Comunicação Social na atualidade. Não foi gratuito o investimento que os governos militares pós-64 fizeram nela, apostando na sua capacidade de patrocinar a integração nacional pelo seu caráter multimídia.

O Brasil possui a quarta maior rede de televisão do mundo: a Globo. Ela é onipresente e onisciente em 99,84% dos municípios brasileiros. Absorve a maior parte da verba publicitária (média 75%) investida em televisão anualmente no país. Dispõe de uma audiência de 104 milhões de telespectadores.

A implantação da *TV Escola* se compatibiliza com tal contexto. Objetiva vencer as distâncias e disparidades econômicas e culturais, utilizando o poder de influência da televisão. Ela se universalizou e representa uma alteridade doméstica, inscrita nas mais diferentes classes sociais. Significa, sobretudo, para os pobres, na generalidade, uma das únicas possibilidades de aquisição de informação, onde a liberdade da opção de ligá-la ou desligá-la é a submissão a uma rotina sem opções.

Não é suficiente apenas conceituar a teleeducação como um instrumento, que não pretende substituir o professor. Nem é, plenamente, satisfatório somente definir os objetivos em vista da adoção de uma nova tecnologia, sem questionar as suas poten-

cialidades e metodologias a respeito do contexto em que será usada.

A adoção da teleeducação expressa, em um primeiro momento, inúmeras pertinências. Está adequada à perspectiva de inovar as relações de aprendizagem, lançando mão de um recurso massificante, como a televisão, que se encontra já encravado no imaginário nacional, para uma nova forma de sistematizar o processo educacional.

Se é lícito apenas agenciar políticas, comprometidas com a qualificação do magistério, isso não autoriza transposições mecânicas e automáticas. No silêncio dos discursos dos porta-vozes mais autorizados da *TV Escola*, habita o não-questionamento sobre a acriticidade da linguagem televisiva e a sua compatibilidade pedagógica.

A *TV Escola* mantém o modelo da linguagem da televisão comercial. Volta-se para a viabilidade de modelar comportamentos, através de uma mensagem de mão única. Prescreve a hegemonia do emissor e restringe o receptor à condição de um alvo passivo de condicionamentos. Não há diálogo, mas reina o monólogo da dominação, que se autoneomeia comprometido com a qualificação dos professores.

A introdução acrítica da teleeducação é indicial. Repete as vantagens e as desvantagens, inerentes à dominação televisiva. Volta-se para a transmissão conteudística, agenciada por mecanismos sedutores e interpelantes sob o ponto de vista da recepção. Entretanto, pouco ou quase nada oferece em termos qualitativos.

A *TV Escola* não contempla a teleeducação, como uma adequação pedagógica, insinuadora de participação e transformação. Antes, estabelece, na acriticidade de seus mais legítimos e conseqüentes porta-vozes, a certeza da imposição de uma linguagem, sem uma metodologia específica e pedagógica, que ataque o descaso oficial, em que foi submergida a Educação Formal.

A *TV Escola* apresenta, em suas singularidades, a mesma lógica que tem movido as séries de teleeducação norte-americanas. Objetiva-se compatibilizar o poder de

condicionamento da televisão comercial com as potencialidades de aprendizagem, por intermédio de uma concepção behaviorista.

Na Revolução de 30, no governo provisório, o ministro da Educação, Francisco Campos, empreendeu a sistematização da Educação Formal em nível federal. Houve o estabelecimento do seu controle nas mãos do Estado, como o seu maior responsável em termos de recursos e opções pedagógicas. Depois, Gustavo Capanema, no Ministério da Educação, consolidou o projeto, valorizando a viabilidade do ensino profissionalizante.

O empreendimento estava associado ao modelo de industrialização, proposto pela burguesia, como classe dominante, sustentado pelo nacionalismo, como ideologia. Existiam as finalidades de sistematizar o Aparelho Ideológico Escolar, para que este reproduzisse a qualificação de mão-de-obra, requerida pela industrialização, e transmitisse conhecimentos, afinados com a concepção capitalista de vida.

O governo Fernando Henrique Cardoso, com a *TV Escola*, procura uma nova sistematização para a Educação Formal. Estipula a implantação da teleducação, como um instrumento de aperfeiçoamento das relações de aprendizagem. Adota-o como uma viabilidade de garantir o ingresso do Brasil na modernidade, através da adoção de novas tecnologias.

A globalização da economia foi motivada por inúmeros fatores. Um deles foi o fluxo internacional de Comunicação, com o uso de satélites, que possibilitou a derrubada das fronteiras geográficas, culturais e étnicas, sobretudo pela performance multimídia da televisão. Tais alterações tecnológicas estão afinadas com a Atualização Histórica. Asseguram a dominação econômica e cultural dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos em uma nova face do neocolonialismo, maquiada pelo neoliberalismo.

A evasão escolar, a repetência e a má qualificação do magistério são decorrências da Atualização Histórica. Esse modelo de desenvolvimento é concentrador de renda,

perpetuando as desigualdades sociais, promovendo um apartheid entre pobres e ricos pelo filtro escolar. Desde cedo, os papéis econômicos e culturais passam a ser distribuídos entre as classes dominante e dominada, como um jogo de cartas marcadas.

A *TV Escola*, com seu discurso monológico, reproduz a linguagem televisiva comercial, em sua feição behaviorista, não rompe com a Atualização Histórica. É a sua própria afirmação. Está sintonizada com o modelo de desenvolvimento, que vem gerando a evasão escolar, a repetência e a má qualificação do magistério. Emblematiza uma desculpa neoliberal para o seu faz-de-conta de mudança, para nada mudar, sustentando os interesses dos donos dos privilégios anti-sociais ■

Referências

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento - Fragmentos Filosóficos*, 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 113.
- CASTRO, Maria Helena de. 'O que você precisa saber sobre a TV Escola'. *Revista da TV Escola*, Brasília, vol. 1, nº 1, p. 4, setembro/outubro de 1995.
- MATTELART, Armand. *Multinacionais e Sistemas de Comunicação - Os Aparelhos Ideológicos do Imperialismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976, pp. 141 e 143.
- SOUZA, Paulo Renato. 'Caro Leitor'. *Revista da TV Escola*. Brasília, vol. 1, nº 1, p. 1, setembro/outubro de 1995.